

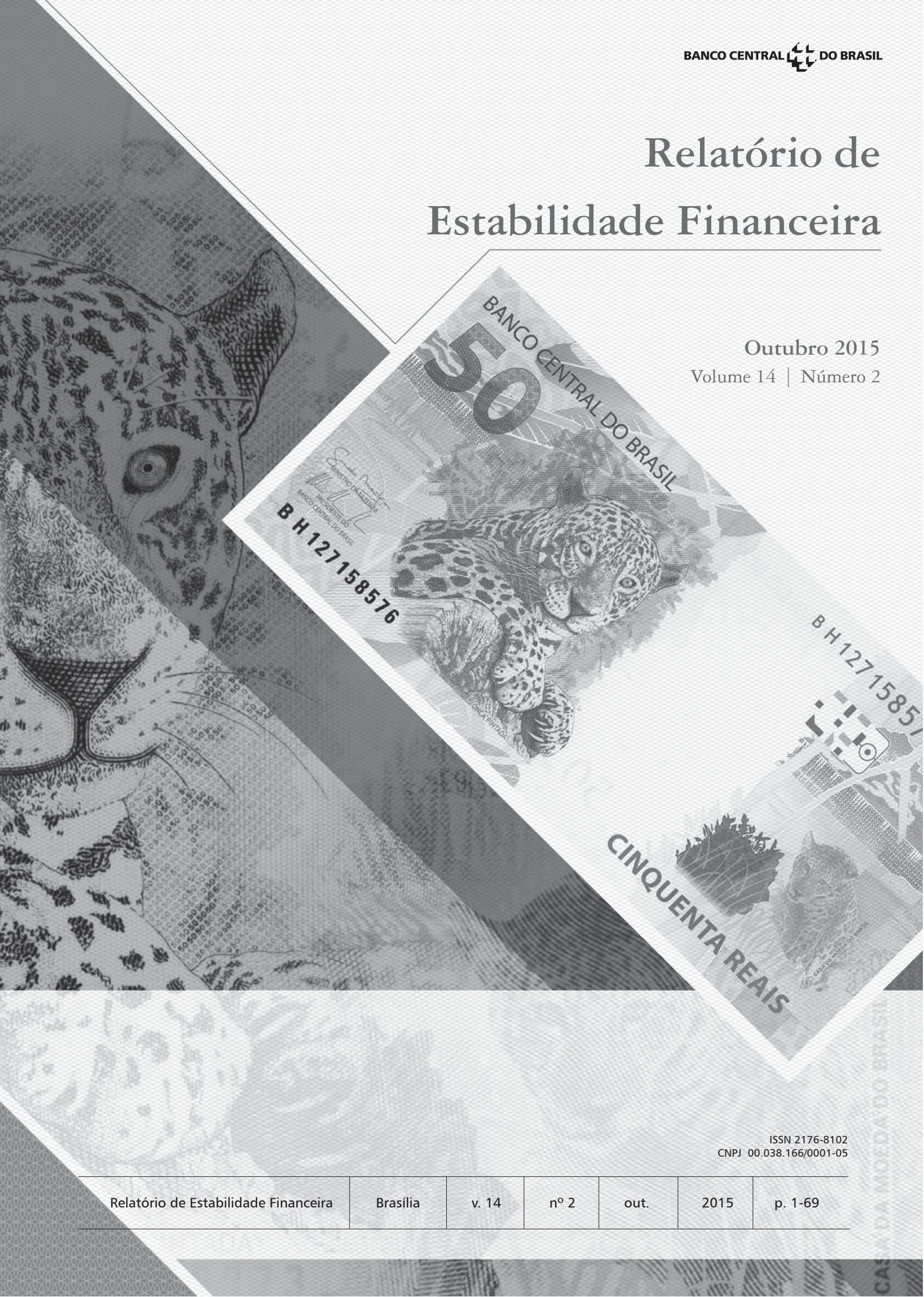
Relatório de Estabilidade Financeira

Outubro 2015
Volume 14 | Número 2



Relatório de Estabilidade Financeira

Outubro 2015
Volume 14 | Número 2



ISSN 2176-8102
CNPJ 00.038.166/0001-05

Relatório de Estabilidade Financeira

Publicação semestral do Banco Central do Brasil (BCB)

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório de Estabilidade Financeira, volume 14, nº 2.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes das tabelas e dos gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/bcb/atendimento.asp?idpai=PORTALBCB>

Sumário

Prefácio	5
Sumário executivo	6
1 Ambiente macroeconômico e financeiro	8
1.1 Introdução	8
1.2 Mercados financeiros internacionais	8
1.3 Mercado financeiro nacional	12
2 Sistema financeiro	16
2.1 Introdução	16
2.2 Liquidez	17
2.3 Crédito	22
2.4 Rentabilidade	28
2.5 Solvência	31
2.6 Testes de estresse de capital	33
2.6.1 Análise de cenário – Testes de estresse nas condições macroeconômicas	33
2.6.2 Análise de sensibilidade	34
2.7 <i>Shadow banking</i>	40
3 Sistema de Pagamentos Brasileiro	42
3.1 Desempenho do sistema de transferência de fundos sistemicamente importante	43
3.2 Desempenho dos sistemas de compensação e de liquidação de títulos, valores mobiliários, derivativos e câmbio nos quais há uma entidade que atue como contraparte central	43
4 Organização do Sistema Financeiro Nacional	48
4.1 Introdução	48
4.2 Instituições bancárias	48
4.3 Níveis de concentração no Sistema Financeiro Nacional	49
4.4 Instituições não bancárias	51
4.5 Participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional	51
4.6 Participação de instituições financeiras brasileiras no exterior	51

5 Regulação do Sistema Financeiro Nacional **52**

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Limite de aplicação no ativo permanente e limites de exposição por cliente _____	52
Indicador de liquidez de curto prazo _____	52
Razão de Alavancagem _____	53
Instituições sistêmicas em âmbito global _____	53
Modernização do Sistema de Transferência Internacional de Reais _____	53
Aplicações de investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais do país ____	54
Registro de informações referentes a garantias constituídas sobre imóveis _____	54

Boxes

Índice de Liquidez Estrutural _____	20
Impactos de Contágio do Setor Real no Sistema Financeiro _____	36
Atividade de Registro e de Depósito Centralizado de Ativos Financeiros _____	47
Trabalhos para Discussão que Versam sobre Estabilidade Financeira _____	56

Apêndice **57**

Anexo **62**

Conceitos e Metodologias _____	62
Conceitos e Metodologias – Estresse de capital _____	66

Prefácio

O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) é uma publicação semestral do Banco Central do Brasil (BCB) destinada a apresentar, com foco no risco sistêmico, os principais resultados das análises sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN), especialmente com respeito à sua dinâmica recente, às suas perspectivas e ao grau de resistência a eventuais choques na economia brasileira ou no próprio sistema. Esta edição concentra-se nos eventos ocorridos no primeiro semestre de 2015.

Este relatório é constituído por cinco capítulos. No Capítulo 1 – Ambiente macroeconômico e financeiro –, é realizada a análise dos principais mercados internacionais e o seu reflexo no mercado financeiro nacional. O Capítulo 2 – Sistema financeiro – apresenta um panorama da exposição a riscos, da rentabilidade e da solvência das instituições e dos conglomerados que compõem o sistema financeiro brasileiro. Os testes de estresse de risco de mercado e de crédito e seus reflexos sobre a situação de solvência das instituições estão incluídos nesse capítulo. No Capítulo 3 – Sistema de Pagamentos Brasileiro –, são descritos os resultados da avaliação acerca do funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e do desempenho dos sistemas de liquidação, as principais atividades e os avanços ocorridos no período, o comportamento da liquidez intradia e o resultado dos testes de estresse dos sistemas de compensação e de liquidação de títulos e valores mobiliários, de derivativos e de câmbio interbancário. O Capítulo 4 – Organização do Sistema Financeiro Nacional – analisa as principais alterações ocorridas no controle acionário de instituições financeiras. O Capítulo 5 – Regulação do Sistema Financeiro Nacional – trata das principais normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo BCB para regular o funcionamento do SFN.

Esta edição apresenta, também, boxes que tratam de Índice de Liquidez Estrutural (ILE), Impactos de Contágio do Setor Real no Sistema Financeiro e

Atividade de Registro e de Depósito Centralizado de Ativos Financeiros, além dos Trabalhos para Discussão que Versam sobre Estabilidade Financeira.

No mesmo endereço eletrônico onde está disponível o REF, <www.bcb.gov.br/?relestab>, encontra-se a base de dados utilizada para a elaboração dos gráficos e tabelas do Capítulo 2, além de outros dados de interesse, como a matriz de migração de classificação de crédito e comparativos internacionais dos principais *Financial Soundness Indicators* (FSIs).

Adicionalmente, as séries temporais relacionadas a estabilidade financeira (Índice de Basileia, ativos líquidos sobre passivos de curto prazo, índice de inadimplência e retorno sobre patrimônio líquido, por exemplo) podem ser encontradas em <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTel aLocalizarSeries>>.

Sumário executivo

A evolução do cenário externo permaneceu complexa no primeiro semestre de 2015. Embora tenham sido reduzidos os riscos derivados do baixo crescimento nas economias maduras, focos de volatilidade foram observados nos mercados de moedas, de ações e de renda fixa. Os riscos associados aos mercados emergentes aumentaram no período, refletindo a desaceleração do crescimento econômico, a deterioração das condições de financiamento e, para os países exportadores de *commodities*, a redução dos preços das matérias-primas.

Em posição mais avançada no ciclo de crescimento econômico, o *Federal Reserve* (Fed), banco central dos Estados Unidos da América (EUA), sinalizou a proximidade do início da normalização da sua política monetária. Em situação menos favorável, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco do Japão (BoJ) mantiveram seus programas de compras de ativos, ainda com os objetivos de estimular a recuperação econômica e de afastar o risco de deflação. Em consequência dessas diferentes dinâmicas, o dólar seguiu valorizando-se ante as principais moedas. Na Europa, o acirramento da crise na Grécia exigiu a assinatura de novo acordo com a União Europeia em julho. Na China, a economia continuou em desaceleração, registrando expressivas baixas no mercado acionário a partir de junho, que motivaram a adoção de medidas extraordinárias para a estabilização das bolsas de valores.

No âmbito interno, o BCB elevou em 2,0 pontos percentuais (p.p.) a meta para a taxa Selic ao longo do semestre, a fim de impedir que o realinhamento de preços relativos, intensificados nos primeiros meses de 2015, contaminassem as expectativas inflacionárias e as desviasse da trajetória de convergência da inflação para a meta de 4,5% ao final de 2016.

No sistema bancário, o risco de liquidez de curto prazo apresentou aumento no último semestre, mas permaneceu

em nível confortável. O risco de liquidez estrutural não se alterou, e as operações de longo prazo continuam suportadas por fontes de recursos estáveis. Segue baixa a dependência de recursos externos.

O cenário de desaquecimento econômico, elevação de juros, condições menos favoráveis no nível de emprego e redução da confiança dos consumidores e dos empresários levou à redução na demanda por crédito e à adoção de critérios de concessão mais conservadores pelas instituições financeiras, contribuindo para reduzir a taxa de crescimento da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Mesmo nesse ambiente, a inadimplência não apresentou aumento significativo até o encerramento do semestre, ainda que, em parte, devido a cessões e renegociações de crédito. O montante de provisões continua significativamente superior à inadimplência, o que evidencia a resistência do sistema de crédito ante o cenário acima descrito.

A rentabilidade do sistema bancário aumentou, influenciada por maiores margens de intermediação, com destaque para ajustes nas taxas de concessão e resultados com tesouraria. Em ambiente de condições econômicas adversas, os bancos enfrentam maiores perdas com provisões. Entretanto, seguem direcionando esforços para ganhos de eficiência e buscando fontes diversas de receita, com incremento de rendas advindas do segmento de seguros, serviços, meios de pagamento e ampliação de outros resultados de participação societária na formação do lucro líquido.

A confortável situação de solvência do sistema pôde ser constatada pela estabilidade, no semestre, dos elevados níveis de capitalização e pelos resultados da simulação da plena implementação do arcabouço de Basileia III, da introdução do futuro requerimento de Razão de Alavancagem e dos testes de estresse. Esses últimos mostraram que o sistema bancário brasileiro apresentou

adequada capacidade de suportar efeitos de choques decorrentes de cenários adversos bem como de mudanças abruptas nas taxas de juros e de câmbio, na inadimplência ou nos preços dos imóveis residenciais.

A estimativa do *shadow banking* brasileiro continua a mostrar que os riscos provenientes desse setor são conhecidos e limitados. Contudo, o caráter dinâmico do mercado financeiro tem levado as autoridades reguladoras a se manterem atentas à sua evolução.

O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) funcionou de forma eficiente e segura no primeiro semestre de 2015. As análises de *backtesting*, periodicamente realizadas para os sistemas de compensação e de liquidação de transações com títulos, valores mobiliários, derivativos e moeda estrangeira, nos quais há uma entidade que atue como contraparte central (CPC), apresentaram resultados satisfatórios ao longo do semestre. Os demais sistemas de compensação e de liquidação de ativos também apresentaram funcionamento normal. Nos sistemas de transferência de fundos, a liquidez intradia agregada disponível continuou acima das necessidades das instituições financeiras participantes, o que garante que as liquidações ocorram com tranquilidade.

No início do ano, foi editada a regulação do BCB que disciplina as atividades de registro e de depósito centralizado de ativos financeiros (Circular nº 3.743, de 8 de janeiro de 2015). A consolidação desse novo arcabouço jurídico deverá agregar maior segurança às operações no âmbito do SPB, contribuindo positivamente no seu papel referente à estabilidade financeira.

No tocante a composição e evolução do segmento das instituições bancárias, destaca-se a ampliação da atuação brasileira no exterior, com a aquisição de um banco suíço. Quanto às instituições não bancárias, merece destaque a continuação da redução no quantitativo de Cooperativas de Crédito, em razão de processos de incorporação e de liquidações ordinárias.

O nível de concentração no segmento bancário, medido pelo Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), manteve-se dentro do intervalo considerado como de moderada concentração, segundo referência adotada pelo BCB.

No primeiro semestre de 2015, foram adotadas medidas regulatórias alinhadas à manutenção da estabilidade e à ampliação da eficiência do sistema financeiro, destacando-se a divulgação da metodologia de cálculo

da Razão de Alavancagem (RA), o estabelecimento de limites mínimos para o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) e a metodologia para seu cálculo, as regras para apuração e divulgação de informações para avaliar a importância sistêmica global de instituições financeiras, além da atualização da regulamentação do capital estrangeiro no país, relativa a aplicações de investidor residente no exterior nos mercados financeiro e de capitais e da atualização da regulamentação cambial, visando a modernização do Sistema de Transferência Internacional de Reais (TIR).

Cabe destacar a adoção de normas que têm por objeto o registro de informações referentes a garantias constituídas sobre veículos automotores e imóveis, com vistas a ampliar a capacidade de monitoramento das instituições do sistema financeiro bem como contribuir para o aprimoramento do processo de originação de créditos imobiliários.